



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 8º PERÍODO - DATA: 01/10/2018

## GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas II  
Profª. Patricia C. Medeiros

### Questão 01

Amadeu e Paulo são proprietários de casas vizinhas há cinco anos e, de comum acordo, haviam regularmente delimitado as suas propriedades pela instalação de uma singela cerca viva. Recentemente, Amadeu adquiriu um cachorro e, por essa razão, o seu vizinho, Paulo, solicitou-lhe que substituísse a cerca viva por um tapume que impedisse a entrada do cachorro em sua propriedade. Surpreso, Amadeu negou-se a atender ao pedido do vizinho, argumentando que o seu cachorro era adestrado e inofensivo e, por isso, jamais lhe causaria qualquer dano.

Com base na situação narrada, é correto afirmar que Paulo

- a) não poderá exigir que Amadeu instale o tapume, uma vez que a cerca viva fora instalada de comum acordo e demarca corretamente os limites de ambas as propriedades, cumprindo, pois, com a sua função, bem como não há indícios de que o cachorro possa vir a lhe causar danos.
- b) poderá exigir que Amadeu instale o tapume, a fim de evitar que o cachorro ingresse na sua propriedade, contanto que arque com metade das despesas de instalação, cabendo a Félix arcar com a outra parte das despesas.
- c) poderá exigir que Amadeu instale o tapume, a fim de evitar que o cachorro ingresse em sua propriedade, cabendo a Félix arcar integralmente com as despesas de instalação.
- d) poderá exigir que Amadeu instale o tapume, a fim de evitar que o cachorro ingresse em sua propriedade, cabendo a Félix arcar com as despesas de instalação, deduzindo-se desse montante metade do valor, devidamente corrigido, correspondente à cerca viva inicialmente instalada por ambos os vizinhos.

### Questão 02

Leia as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

I - As sebes vivas, as árvores, ou plantas quaisquer, que servem de marco divisório, podem ser cortadas por qualquer um dos proprietários.

II - O confinante pode ser constrangido a proceder a demarcação entre os dois prédios, repartindo-se proporcionalmente as despesas.

III - Os muros e cercas divisórias presumem-se pertencer aos proprietários confinantes.

- a) Estão corretas as assertivas I e II.
- b) Estão incorretas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas as assertivas I, II e III.

### Questão 03

Na zona rural, não será permitido levantar edificações a menos de:

- a) um metro do terreno vizinho.
- b) dois metros do terreno vizinho.
- c) três metros do terreno vizinho.
- d) quatro metros do terreno vizinho.

#### Questão 04

Analise as proposições abaixo:

- I) Condomínio convencional ou voluntário é o que se origina da vontade dos condôminos.
- II) A divisão é o meio adequado para se extinguir o condomínio em coisa divisível, e pode ser amigável ou judicial.
- III) Se a coisa for indivisível, o condomínio só poderá extinguir-se pela venda judicial da coisa comum, se os condôminos não quiserem adjudicá-la a um só.
- IV) Podem os condôminos acordar que fique indivisa a coisa comum pelo prazo não maior que 10(dez) anos, improrrogável.

São corretas apenas as assertivas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II e III.
- d) I e III.

#### Questão 05

Assinale a opção incorreta.

- a) A propriedade é resolúvel quando o título de aquisição está subordinado a uma condição resolutiva ou advento do termo; ou ainda pelo surgimento de uma causa superveniente.
- b) A condição ou termo devem constar do título constitutivo da propriedade, de tal forma que o terceiro que a adquire não poderá alegar surpresa.
- c) A condição ou termo operam somente efeitos “ex nunc”.
- d) Na resolução por causa superveniente, o adquirente será considerado proprietário perfeito, pois, tratando-se de condição superveniente, o adquirente não podia prevê-la.

#### Questão 06

Na propriedade fiduciária, é incorreto afirmar que:

- a) o domínio e a posse indireta do bem passam ao credor, denominado fiduciário, em garantia, e seu domínio é resolúvel.
- b) atinge somente bens móveis infungíveis e alienáveis.
- c) o fiduciante, devedor, torna-se possuidor direto da coisa, respondendo sempre como depositário fiel, devendo entregá-lo ao credor em caso de inadimplemento.
- d) é possível ao credor ficar com a coisa alienada em garantia, em caso de inadimplemento contratual.

Disciplina: Direito Processual Tributário

Profª: Laurinéia Borges

#### Questão 07

Após esgotado o prazo para pagamento de um determinado tributo, o contribuinte Paulo André Sauro Silva mesmo assim resolveu quitá-lo.

Acerca do instituto da denúncia espontânea, de acordo com o que preceitua o Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.
- ( ) A denúncia espontânea exclui a aplicação de multa.
- ( ) A denúncia espontânea exclui a incidência de juros de mora.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.

- c) F – V – V.
- d) F – V – F.

### Questão 08

Sobre a responsabilidade tributária por infrações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) De acordo como o princípio da responsabilidade objetiva, a responsabilidade por infração à legislação tributária, via de regra, independe da intenção do agente, porém a extensão dos efeitos do ato interfere naquela responsabilidade.
- b) Certa pessoa jurídica é obrigada a entregar a declaração anual de imposto de renda, mas seu respectivo diretor descumpriu tal obrigação tributária acessória e, por ser o agente da infração, responde pessoalmente perante o Fisco.
- c) A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal constitui o crédito tributário, todavia não dispensa outras providências por parte do Fisco.
- d) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

### Questão 09

Um exemplo de tributo cujo lançamento se dá por declaração (lançamento misto) é

- a) o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
- b) o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- c) o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.
- d) a taxa de limpeza pública.

### Questão 10

A empresa ABC ingressou com medida judicial destinada a questionar a incidência da contribuição social sobre o lucro. Em sede de exame liminar, o juiz concedeu a medida liminar para que a empresa não recolhesse a contribuição. Durante a vigência da medida judicial, a Receita Federal iniciou procedimento de fiscalização visando à cobrança da contribuição social sobre o lucro não recolhida naquele período.

Com base no relatado acima, assinale a alternativa correta.

- a) A Receita Federal não pode lavrar auto de infração, em virtude da liminar concedida na medida judicial em questão.
- b) A Receita Federal pode lavrar auto de infração, mas somente com a exigibilidade suspensa para prevenir a decadência.
- c) A empresa ABC, diante da abertura do procedimento de fiscalização, pode solicitar ao juiz nova medida liminar, a fim de que determine o encerramento de tal procedimento.
- d) A Receita Federal pode lavrar auto de infração, já que a medida liminar possui caráter provisório.

Disciplina: Direito Processual Penal II Profª: Ilídia Aparecida
--

### Questão 11

Carlota foi denunciada pela prática de um crime contra a ordem tributária. Após ser citada, sua advogada foi intimada para apresentar resposta à acusação. Analisando os autos, o(a) advogado(a) de Carlota entendeu que deveria apresentar certas exceções. Considerando a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) A arguição de suspeição precederá a de litispendência, salvo quando aquela for fundada em motivo superveniente.

- b) As exceções serão processadas nos autos principais, em regra.
- c) As exceções serão processadas em autos em apartado e suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.
- d) Se Carlota pretende recusar o juiz, deverá fazer em petição assinada por ela própria ou por procurador com poderes gerais.

### Questão 12

Considerando a medida cautelar de sequestro, que consiste na constrição de bens imóveis, excepcionalmente, de bens móveis, adquiridos com os proventos de uma prática infracional, é correto afirmar:

- a) O sequestro de bens imóveis adquiridos com proventos da infração é cabível, desde que recebida a denúncia, ainda que os bens já tenham sido transferidos para terceiros.
- b) O julgamento dos embargos interpostos contra o sequestro, opostos pelo acusado ou por terceiros, independe do julgamento da ação penal.
- c) As Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI podem determinar o sequestro de bens, dentre as medidas assecuratórias possíveis para garantia da eficácia de eventual sentença condenatória.
- d) O Juiz poderá determinar o sequestro de bens, de ofício, antes do oferecimento da denúncia ou queixa.

### Questão 13

Em processo que apura o delito de abandono material, (art. 244 do CP), em resposta à acusação, o réu alega não ser o pai do abandonado, pessoa menor de 18 anos. Neste caso, nos termos do Código de Processo Penal,

- a) a ação penal ficará suspensa, marcando o juiz prazo para a suspensão, que expirado, poderá ser prorrogado por no máximo mais uma vez, por igual período, para que se evite a ocorrência da prescrição.
- b) havendo ação penal de investigação de paternidade já proposta no juízo cível, por se tratar de questão de difícil solução, o juiz deverá suspender a ação penal por prazo indeterminado até que lá se resolva a questão, decisão esta irrecorrível.
- c) havendo ação penal de investigação de paternidade já proposta no juízo cível, o juiz deverá suspender a ação penal imediatamente para preservar a coerência das decisões, não cabendo qualquer recurso da suspensão.
- d) a ação penal ficará suspensa e com ela o prazo prescricional, se o juiz reputar séria e fundada a questão da paternidade.

### Questão 14

Chega ao conhecimento do Ministério Público e da Polícia Civil que na casa de Tício estava escondido um facão que seria instrumento de crime de homicídio ocorrido no dia anterior, ainda sujo com sangue do autor e da vítima. O Ministério Público entra com pedido de busca e apreensão domiciliar, sendo deferido pelo juiz. Com base nisso, monta operação com a Chefia da Polícia Civil para cumprimento do mandado. Lá chegando, porém, deparam-se com policiais militares, que, sem mandado, aproveitaram que a residência estava vazia e encontraram o facão, que estava em cima da mesa da sala. A Polícia Civil formaliza o cumprimento do mandado e a apreensão do instrumento, oferecendo o Ministério Público denúncia em face de Tício. Em defesa prévia, o acusado alega a ilicitude da prova no que tange ao facão. No caso, é correto afirmar que:

- A) deve ser reconhecida a ilicitude da prova, já que os policiais ingressaram sem mandado na residência do réu, de modo que deve ser desentranhada dos autos;

- B) a prova é válida, tendo em vista que havia flagrante delito quando os policiais ingressaram na residência de Tício;
- C) deve ser reconhecida a ilicitude da prova, em razão da aplicação da teoria do Fruto da Árvore Envenenada;
- D) a prova é válida, aplicando-se a ideia da descoberta inevitável e fonte independente.

Disciplina: Direito Processual Civil IV  
Profª: Laurinéia Borges S. Souza

### Questão 15

Com relação à contestação, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo será contado a partir do recebimento da citação pessoal.
- b) Sendo o réu a Fazenda Pública, em regra, terá prazo em dobro para contestar.
- c) Se não for apresentada no prazo legal, induz à revelia e à automática procedência do feito.
- d) A reconvenção só pode ser apresentada junto da contestação, sendo dependente desta.

### Questão 16

Citado regularmente, o réu ofereceu contestação no quinto dia do prazo de que dispunha para tanto. Mas, depois de protocolizada a sua peça de bloqueio, lembrou-se ele de outra tese defensiva que lhe seria aproveitável, não suscitada em sua contestação e tampouco sendo cognoscível ex officio pelo juiz. Assim, optou o demandado por ofertar nova contestação, o que fez no décimo segundo dia após o início do prazo para apresentação da defesa.

Nesse cenário, deve o juiz:

- a) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão temporal;
- b) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão lógica;
- c) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão consumativa;
- d) receber a segunda contestação, já que apresentada dentro do prazo legal;

### Questão 17

Em relação a reconvenção no NCPC, pode-se afirmar que:

- a) Na reconvenção, o polo ativo deverá ser o réu, não sendo permitido incluir terceiro como reconvinte.
- b) A ação e a reconvenção necessariamente, sem exceções, deverão ser julgadas na mesma sentença para evitar decisões conflitantes.
- c) Na reconvenção, o reconvindo deverá ser o autor da ação, não admitindo a existência de litisconsórcio deste com terceiro.
- d) O réu poderá propor reconvenção independentemente do oferecimento da contestação.

### Questão 18

O réu, ao receber a citação, além de defender-se acerca da lide que lhe foi proposta pelo autor, pode, também, formular pretensão contra este último, por intermédio da chamada reconvenção, sobre a qual, procedimentalmente falando, é possível asseverar que:

- a) na sua oferta deverá constar valor da causa.
- b) o réu estrangeiro que a apresentar e residir fora do Brasil prestará caução suficiente ao pagamento das custas arcadas pela parte contrária, em caso de sucumbência.
- c) não há necessidade do juiz mandar proceder à respectiva anotação pelo distribuidor, de sua propositura, pois não ocorre ampliação subjetiva da relação jurídica processual.
- d) o autor reconvenicional poderá, até a intimação do réu reconvenicional acerca dos seus termos, alterar a causa de pedir, desde que haja consentimento deste último.

### Questão 19

Em relação ao Capítulo das Provas no Código de Processo Civil, considere as seguintes afirmações.

- I. A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á, de imediato, o teor e a vigência.
- II. A distribuição diversa do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, antes ou durante o processo.
- III. Os fatos notórios dependem de prova, quando controvertidos por alguma das partes.
- IV. Caberá ao juiz, mediante requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Está correto o que consta APENAS de:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II.
- d) II e IV.

### Questão 20

A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

- a) Não haja nenhum fundado receio de que venha a tornar-se impossível o deslinde da questão.
- b) O prévio conhecimento dos fatos não venha alterar a solução da demanda, mas venha a agilizar o ajuizamento de ação.
- c) A prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito.
- d) Haja fundado receio de que venha a tornar-se possível ou muito fácil a verificação de certos fatos na pendência da ação.

Disciplina: Responsabilidade Civil

Prof: Ronaldo Carvalho

### Questão 21

Felipe, atrasado para um compromisso profissional, guia seu veículo particular de passeio acima da velocidade permitida e, falando ao celular, desatento, não observa a sinalização de trânsito para redução da velocidade em razão da proximidade da creche Arca de Noé. Pedro, divorciado, pai de Júlia e Bruno, com cinco e sete anos de idade respectivamente, alunos da creche, atravessava a faixa de pedestres para buscar os filhos, quando é atropelado pelo carro de Felipe. Pedro fica gravemente ferido e vem a falecer, em decorrência das lesões, um mês depois. Maria, mãe de Júlia e Bruno, agora privados do sustento antes pago pelo genitor falecido, ajuíza demanda reparatória em face de Felipe, que está sendo processado no âmbito criminal por homicídio culposo no trânsito. Com base no caso em questão, assinale a opção correta.

- a) Felipe indenizará as despesas comprovadamente gastas com o mês de internação para tratamento de Pedro, alimentos indenizatórios a Júlia e Bruno tendo em conta a duração provável da vida do genitor, sem excluir outras reparações, a exemplo das despesas com sepultamento e luto da família.
- b) Felipe deverá indenizar as despesas efetuadas com a tentativa de restabelecimento da saúde de Pedro, sendo incabível a pretensão de alimentos para seus filhos, diante de ausência de previsão legal.
- c) Felipe fora absolvido por falta de provas do delito de trânsito na esfera criminal e, como a responsabilidade civil e a criminal não são independentes, essa sentença fará coisa julgada no cível, inviabilizando a pretensão reparatória proposta por Maria.
- d) Felipe, como a legislação civil prevê em caso de homicídio, deve arcar com as despesas do tratamento da vítima, seu funeral, luto da família, bem como dos alimentos aos dependentes enquanto



viverem, excluindo-se quaisquer outras reparações.

### Questão 22

Mirtes gosta de decorar a janela de sua sala com vasos de plantas. A síndica do prédio em que Mirtes mora já advertiu a moradora do risco de queda dos vasos e de possível dano aos transeuntes e moradores do prédio. Num dia de forte ventania, os vasos de Mirtes caíram sobre os carros estacionados na rua, causando sérios prejuízos.

Nesse caso, é correto afirmar que Mirtes

- a) poderá alegar motivo de força maior e não deverá indenizar os lesados.
- b) está isenta de responsabilidade, pois não teve a intenção de causar prejuízo.
- c) somente deverá indenizar os lesados se tiver agido dolosamente.
- d) deverá indenizar os lesados, pois é responsável pelo dano causado.

### Questão 23

Na origem da ideia de culpa, elemento fundamental da responsabilidade civil subjetiva, encontra-se a(o):

- a) noção de infração à obrigação preexistente de que a lei ordena a reparação, havendo dano.
- b) Noção de causa suficiente para provocar dano, o que resultará em indenização.
- c) Regra que determina que só é condição apta a ensejar a responsabilidade civil aquela apta a produzir o dano.
- d) Conceito de patrimônio jurídico como unidade de valor que deve ser protegido de qualquer lesão.

### Questão 24

No Código Civil atual, a responsabilidade civil:

- a) Continua em regra como subjetiva, excepcionandose, entre outras, a hipótese da atividade exercida normalmente pelo autor do dano com risco para os direitos de outrem, quando então a obrigação de reparar ocorrerá independentemente de culpa.
- b) É objetiva como regra, excepcionando-se situações expressas de responsabilização subjetiva.
- c) É subjetiva sempre, em qualquer hipótese.
- d) em regra é subjetiva, admitida porém a responsabilidade objetiva do empresário, como fornecedor de produtos ou de serviços, na modalidade do risco integral.

Disciplina: Direito Individual do Trabalho Prof: Christiano Francisco Vitagliano
---

### Questão 25

Cesarino Jr. foi o defensor dessa teoria o Brasil que essa seara é eivada questão social, destinado a proteção dos hipossuficientes abrangendo não só as questões de direito do trabalho, mas também de direito coletivo, assistencial e previdenciário. Critica-se tal teoria pois para fins de denominação é totalmente genérica e vaga não servindo para definir a matéria direito do trabalho.

Quanto a o enunciado está se tratando do:

- a) Direito Social
- b) Direito sindical
- c) Direito corporativo
- d) Direito Industrial

**Questão 26**

Há dentro da divisão de direito do trabalho um estudo que se dedica as convenções e recomendações da OIT, o princípio constitucional da complementaridade, bem como o princípio *in personae*.

Quanto a divisão da matéria direito do trabalho assinale a alternativa pertinente e mais específica :

- a) Trata-se de Direito Internacional do Trabalho
- b) Trata-se de Direito Processual do Trabalho
- c) Trata-se de Direito Penal do Trabalho
- d) Trata-se de Direito Coletivo do Trabalho

**Questão 27**

São fatores ou acontecimentos sociais, políticos, econômicos e filosóficos que inspiram o Poder Legiferante na elaboração das leis, movimentos que influenciam diretamente o surgimento ou a modificação das leis, temos como exemplos a forte pressão em razão da crise mundial , para reduzir e flexibilizar as normas laborais.

Neste contexto assinale a correta:

- a) Trata-se de fonte material
- b) Tratam-se de fonte material e formal
- c) Trata-se de fonte formal
- d) N.d.a.

**Questão 28**

São exteriorização das normas jurídicas, ou seja, tais fontes são normas de observância obrigatória pela sociedade, todos devem cumpri-las pois são de ordem pública

- a) Trata-se de fonte formal
- b) Tratam-se de fonte material e formal
- c) Trata-se de fonte material
- d) N.d.a.

**Questão 29**

Há em matéria juslaboral acordo entre sindicato profissional e sindicato da categoria econômica, por outro lado, há acordo entre empresa e sindicato da categoria profissional.

Quanto à afirmativa acima assinale a alternativa correta:

- a) Tratam-se de espécies de fontes materiais.
- b) Trata-se de acordo coletivo, e convenção coletiva, respectivamente.
- c) São fontes formais heterônomas
- d) N.d.a

**Questão 30**

Assinale a alternativa correta quanto à matéria fonte:

- a) Há certa figura processual que consiste em julgamento por amostragem, em que o TST diante de recursos de revista repetidos escolhe alguns e forma tese jurídica a ser aplicada a processo em trâmite. Essa figura, de acordo com parte considerável da doutrina, trata-se de fonte formal heterônoma.
- b) No caso de hierarquia das fontes formais em havendo conflito, conforme reforma trabalhista, prevalece, sempre, a norma mais favorável ao trabalhador
- c) Na hipótese de conflito entre acordo coletivo e convenção coletiva se adota a teoria do conglobamento.
- d) Predomina em nosso ordenamento jurídico a teoria da acumulação.

**Não espere o incentivo de outros, o primeiro a acreditar no seu  
sonho tem que ser você e mais ninguém... Pois se você não  
acreditar, quem vai ?**

**Com fé, força e determinação, conquistamos tudo!**

**Graziela Gonçalves**